



O CETICISMO SEMÂNTICO EXPOSTO POR KRIPKE A PARTIR DE WITTGENSTEIN

um problema ontológico?

THE SEMANTIC SCEPTICISM EXPOSED BY KRIPKE BASED
ON WITTGENSTEIN

an ontological problem?

Gregory Augusto Carvalho Costa¹
Universidade Federal do ABC

¹ Mestre em filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do ABC (UFABC).
E-mail: gregoryaug.carv@gmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8476909091837852>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5517-1205>.



RESUMO: Em *Wittgenstein on rules and private language*, Kripke lê nas *Investigações filosóficas* de Wittgenstein um novo tipo de problema cético: ceticismo semântico. Sua exposição formula um paradoxo cético cujo objetivo é questionar se existem fatos constitutivos do significado. Partindo de um exemplo aritmético, Kripke questiona se, em somas aparentemente simples, estaríamos seguindo mesmo a regra da adição, e não outra regra. Para mostrar que estamos efetuando mesmo a adição, Kripke argumenta que devemos indicar a existência de algum fato que nos justifique em utilizar '+' significando adição. O problema é que, conforme Kripke conclui, nenhum fato satisfaz as condições exigidas. Não podemos encontrar tal fato simplesmente por que não existem fatos constitutivos do significado. Assim, considerando as condições que o fato putativo deve satisfazer, este artigo pretende defender a tese interpretativa de que o problema exposto por Kripke consiste, sobretudo, em um problema ontológico.

Palavras-chave: Ceticismo semântico. Significado. Ontologia. Factualismo. Quadição.

ABSTRACT: In *Wittgenstein on rules and private language*, Kripke reads into Wittgenstein's *Philosophical investigations* a new type of sceptical problem: semantic scepticism. His exposition formulates a sceptical paradox whose objective is to question whether there are facts constitutive of meaning. Starting from an arithmetic example, Kripke questions whether, in apparently simple sums, we would actually be following the rule of addition, and not another rule. To show that we are actually carrying out addition, Kripke argues that we must indicate the existence of some fact that justifies us in using '+' meaning addition. The problem is that, as Kripke concludes, no facts satisfy the required conditions. We cannot find such a fact simply because there are no facts constitutive of meaning. Thus, considering the conditions that the putative fact must satisfy, this article intends to defend the interpretative thesis that the problem exposed by Kripke consists, above all, of an ontological problem.

Keywords: Semantic scepticism. Meaning. Ontology. Factualism. Quus.

Introdução

Saul Kripke expôs um intrigante problema filosófico em seu livro *Wittgenstein on rules and private language (WRPL)*. Como se pode depreender do título, trata-se de uma obra a respeito de Wittgenstein e suas considerações sobre o problema relacionado a regras e linguagem privada. O livro de Kripke, no entanto, não é um mero comentário a respeito das *Investigações filosóficas (IF)* (Wittgenstein, 2014). A partir de uma leitura peculiar de Wittgenstein, Kripke expõe um novo tipo de argumento cético, conhecido como *ceticismo semântico*. Independentemente da questão relacionada à fidelidade da leitura que Kripke faz de Wittgenstein, se pode ser considerada uma exegese mais ou menos fiel ou até uma extrapolação indevida, trata-se de um problema original, cuja importância teórica não deve ser ignorada e pode ser analisada em seus próprios termos.² Isso porque o ceticismo semântico coloca em questão certas assunções comumente feitas por inúmeras teorias do significado.

O argumento exposto por Kripke começa por meio de um exemplo aritmético que, supõe-se, pode ser aplicado a todos os usos significativos da linguagem (Kripke, 1982, p. 7). Por esse exemplo, Kripke nos coloca o questionamento quanto à *justificação* que temos acerca dos usos significativos de nossas expressões linguísticas cotidianas. Mais especificamente, o seu argumento nos apresenta primeiramente um *paradoxo cético*, pelo qual ele nos questiona se há algum *fato passado* sobre nós que possa justificar tanto o nosso uso presente quanto futuro do símbolo ‘+’ significando a função de adição. Se o seu argumento estiver correto, Kripke conclui que não há fato algum capaz de oferecer tal justificação, simplesmente por que não há fato algum sobre o significado. E se não existem fatos sobre o significado, teorias do significado podem encontrar sérios problemas em suas explicações dos significados linguísticos.

Há, grosso modo, dois tipos de teorias do significado, cada qual com questões que lhes são próprias. Podemos (1) questionar como os significados de uma dada linguagem podem ser determinados, construindo esquemas que atribuem a cada expressão conteúdos semânticos apropriados; ou (2) inquirir quais são os fatos pelos quais os significados de uma linguagem possuem as propriedades semânticas que lhes estão associadas (Lewis, 1970, p. 19; Kaplan, 1989, p. 573; Stalnaker, 1997, p. 535). Cada abordagem consiste, com efeito, em um tipo específico de teoria do

² Há uma discussão a respeito da fidelidade exegética de Kripke. Baker e Hacker (1984), por exemplo, criticam veementemente Kripke por que a sua leitura de Wittgenstein seria errônea. Thornton (2007) defende que não há ceticismo algum em Wittgenstein. Outros argumentam que no texto de Kripke não haveria nem Kripke e nem Wittgenstein, mas sim “Kripkenstein”, pois Kripke próprio admite que seu texto é resultado da maneira como o problema de Wittgenstein lhe afetou (Kripke, 1982, p. ix) – Silva (2017, p. 175) tece algumas considerações a respeito desse apodo Kripkenstein. No entanto, neste artigo não abordaremos tais controvérsias e iremos focar no argumento tal como foi exposto por Kripke em seu texto.

significado: o enfoque (1) se chama *teoria semântica* ou *semântica descritiva*; à abordagem (2), por sua vez, dá-se o nome de *teoria fundacional do significado* ou *metasemântica*.

Tanto uma quanto a outra trabalha com um conceito de ‘fato’, não obstante serem conceitos evidentemente diferentes em cada tipo de teoria. Uma teoria semântica procura descrever os fatos relevantes para determinar os significados de uma linguagem, fornecendo esquemas teóricos para que seja possível associar valores de verdade a cada sentença da linguagem (Morris, 1938, p. 21; Gross, 2016, p. 13). Por exemplo, uma teoria semântica pode explicar que o significado de ‘a neve é branca’ é devido ao fato de a neve ser branca. Por outro lado, uma teoria fundacional do significado procura descrever os fatos em virtude dos quais as expressões linguísticas possuem as propriedades semânticas que de fato possuem. Grosso modo, tal teoria procura investigar e explicar fatos *sobre* a semântica, fatos que fundam e tornam os fatos semânticos de certa linguagem como eles efetivamente são. Como se nota, há uma estratégia claramente reducionista em teorias fundacionais, pois afirmar que fatos semânticos são fundados noutros fatos não é senão dizer que fatos semânticos se reduzem a, por exemplo, fatos psicológicos ou sociológicos. Ambos tipos de teorias se fundamentam no que iremos chamar aqui de *factualismo sobre o significado*, simplesmente.

O problema é que, se o argumento apresentado por Kripke estiver correto, então não pode haver nem teoria semântica e nem teoria fundacional verdadeiras (Speaks, 2021). Mas por quê? Ora, o ceticismo semântico tal como exposto por Kripke procura refutar precisamente a concepção de que significados ou atribuições de significado possuem quaisquer relações com fatos, sejam eles de que tipo for. Como entender, então, o problema apresentado por Kripke? Qual é a magnitude de seu argumento? O que está envolvido no paradoxo cético? A fim de oferecer uma resposta a essas questões, analisaremos o argumento exposto por Kripke e ofereceremos uma chave de leitura para ele. Mais precisamente, defenderemos a tese de que o ceticismo semântico, embora tenha inegáveis implicações *semânticas*, consiste, sobretudo, em um problema *ontológico*, dadas as condições que o fato putativo deve satisfazer.

Para que o paradoxo seja solucionado diretamente, o argumento kripkeano exige que seja oferecido um fato que mostre por que significamos ‘+’ por adição. Tal fato deve satisfazer duas condições: primeiro, deve-se mostrar qual é o fato constitutivo de significarmos ‘+’ por adição; em segundo lugar, é preciso mostrar como esse fato nos justifica em nosso uso de ‘+’ com o significado de adição. Qualquer fato putativo deve satisfazer ambas as condições, obrigatoriamente. Segundo o argumento que defenderemos, isso ocorre porque o problema cético exposto por Kripke opera em dois níveis teóricos interrelacionados: trata-se de um problema ontológico cuja satisfação permite solucionar o problema semântico associado. Essa será a chave de leitura que possibilitará interpretar o problema exposto no argumento de Kripke como um problema ontológico. Todavia, manter-nos-emos



agnósticos a respeito da questão do argumento de Kripke ser capaz ou não de realmente refutar o que pretende refutar.

Na seção 1 será apresentado o paradoxo cético tal como é formulado por Kripke. Na seção 2, por sua vez, iremos investigar por que o paradoxo consiste principalmente num problema ontológico. Na seção 3, serão discutidas a exigência cética de que significados sejam normativos e as razões pelas quais os fatos oferecidos falham em satisfazer as condições exigidas pelo argumento cético. Por fim, considerações gerais a respeito do debate serão feitas na quarta e última seção.

1 A formulação do paradoxo cético

O argumento de Kripke se fundamenta numa interpretação bastante particular do §201 das *IF* de Wittgenstein. Embora não seja nosso objetivo aqui discutir a fidelidade exegética de Kripke em relação a Wittgenstein, demonstra-se proveitoso citar a passagem aludida das *IF*, pois ela pode esclarecer melhor o ponto que fundamenta o argumento kripkeano. Kripke próprio cita a passagem tal como se segue: “No §201, Wittgenstein diz, “esse era o nosso paradoxo: nenhum curso de ação poderia ser determinado por uma regra, porque todo curso de ação pode ser feito de acordo com a regra”” (1982, p. 7)³. Basicamente, o ceticismo semântico que Kripke formula a partir de sua interpretação de Wittgenstein repousa nessa breve passagem, citada logo ao início do capítulo de *WRPL* em que o paradoxo é apresentado. Mas o que, afinal, faz com que Kripke veja um tipo de ceticismo nesse trecho?

Ora, no restante do §201, Wittgenstein diz que, se toda ação pode concordar com a regra, então pode igualmente contradizê-la também, assim não haveria nem concordância e nem contradição. É provável que Kripke se apoie nesse aspecto do problema, considerando a forma como Wittgenstein desenvolve o §201 por inteiro, isto é, que a interpretação de uma regra sempre pode ser oferecida em termos doutra regra, que também pode ser interpretada em termos de outra regra, e assim sucessivamente, gerando um regresso *ao infinito*. A ação condicionada por uma regra não seria, então, vinculante; se alguém age consoante ou discordante a uma regra e for questionado sobre qual regra na verdade estaria seguindo, ele poderia responder em termos doutra regra que não necessariamente contradiga ou concorde com a primeira regra. Nesse sentido, Kripke parte do problema colocado por

³ “In §201 Wittgenstein says, “this was our paradox: no course of action could be determined by a rule, because every course of action can be made out to accord with the rule”” (Kripke, 1982, p. 7).

Wittgenstein no §201 e inicia sua exposição nos questionando acerca do nosso uso do símbolo '+' significando a função de adição.

Kripke inicia o argumento nos pedindo para imaginarmos um cético que nos coloque diante de uma questão aparentemente simples e banal, tão acostumados estamos a respondê-la em nosso cotidiano. O cético imaginário nos pede para efetuarmos a operação '68+57'. Num primeiro momento, é indiscutível que a resposta para essa operação é '125', afinal, é-nos óbvio que o símbolo '+' denota a função aritmética da adição, que aprendemos em tenra idade e viemos operando inúmeras vezes desde então. Seja pelo significado aritmético de 'mais' ou pelo sentido metalinguístico de '+', nós temos certeza que a resposta é '125'. Para nós, o nosso uso passado do símbolo '+' significando adição nos garante que a nossa resposta está correta.

O cético, no entanto, pede-nos para imaginarmos que até o momento nós nunca tínhamos operado com números maiores do que '57', de tal modo que a operação '68+57' seja inteiramente nova para nós. É óbvio que se trata de um simples recurso argumentativo. Não lhe interessa tanto se de fato nunca tínhamos somado números maiores que '57'; o importante é que, certamente, há algum número grande o suficiente que nunca operamos antes. De todo modo, considerando que '68+57' é uma operação que jamais tínhamos efetuado, o cético nos objeta que a nossa resposta deveria ter sido '5', pois, segundo ele, o significado que vínhamos utilizando para '+' denota, na verdade, uma estranha função chamada *quadição*. Tal função, diz-nos o cético, é assim definida: para quaisquer 'x' e 'y' menores ou iguais a '57', opera-se 'x+y'; caso contrário, se 'x' ou 'y' for maior do que '57', o resultado deverá ser '5'.

Segundo o cético, sempre utilizamos '+' significando a função adição e quadição indistintamente, do passado até o presente. Como nós tínhamos somado antes apenas números menores ou iguais a '57', diante de uma nova operação, afirma o cético, nós deveríamos seguir a mesma regra dantes para que estejamos em plena conformidade com a regra que sempre seguimos. A resposta '5' está aparentemente correta segundo a regra da quadição, que o cético afirma ser a regra que vínhamos seguindo desde o passado. Grande disparate, pensamos, afinal isso está em completo desacordo com a forma como vínhamos significando o símbolo '+' e efetuando adições desde quando aprendemos a somar. Para nós, a resposta para '68+57' é simplesmente '125'; para o cético, entretanto, vínhamos utilizando quadição e agora deveríamos continuar seguindo-a. Conforme Kripke coloca, deve haver, então, algum fato sobre o nosso uso passado de '+' significando adição que justifique o nosso uso presente desse mesmo símbolo com esse mesmo significado.

Ao exigir um fato constitutivo do significado de '+', o cético está nos pedindo para mostrar quais são as condições que tornam verdadeiros enunciados como 'eu significo '+' por adição'. Há, nessa estratégia, um claro apelo à concepção de que o significado é dado por suas *condições de verdade*. O

cético deseja que forneçamos a condição pela qual o nosso uso de ‘+’ é verdadeiro, de modo que possamos lhe mostrar por que estamos justificados em nosso uso de ‘+’ significando adição. Assim, se formos bem sucedidos em apresentar esse fato, mostramos a ele que o símbolo ‘+’ denota a função de adição, e apenas ela, pois ‘+’ deve funcionar como uma regra cuja interpretação deve ser unívoca, dado que sempre há somente uma resposta para cada par de argumentos da função.

Que fique claro uma coisa, no entanto. O cético não deseja saber como derivaríamos a função de adição de um sistema axiomático. Não é isso que está sendo colocado em pauta no seu argumento, visto que não se trata de um problema lógico ou matemático. São as condições de verdade envolvidas na significação de ‘+’ por adição, dadas por certos fatos relativos à sua *enunciação*, que podem fornecer a justificativa para cada novo uso do símbolo com esse significado preciso. Noutras palavras, o cético nos exige que lhe mostremos um fato *sobre nós*, tal que determine univocamente a resposta correta por vincular normativamente regra e conteúdo. A argumentação cética estabelece que o significado do símbolo ‘+’ não deve ser interpretado como adição, mas sim como quadição; em contrapartida, devemos mostrar por que significamos ‘+’ por adição independentemente da regra que o cético afirma estarmos seguindo, conforme sempre utilizamos no passado e iremos utilizar no futuro.

Kripke argumenta que, nesse ponto, enfrentamos sérias dificuldades. Nosso uso passado do significado de ‘+’ é finito e é patente que todas as somas que fizemos até o presente momento não percorreram e nem poderiam percorrer por toda a tabela da função de adição, que é infinita. No nosso cotidiano, isso não representa maiores dificuldades, simplesmente pegamos dois números quaisquer e os somamos tal como aprendemos e sempre fizemos. O cético, porém, apoia-se justamente nesse aspecto, na finitude de nossos usos passados, para mostrar que as somas que operamos não são e nem podem ser exaustivas em relação à função de adição, pois sempre poderá haver no futuro um uso desviante de ‘+’ representativo doutra regra distinta. Logo, seremos incapazes de oferecer o fato em questão porque não há como tal fato determinar univocamente a regra que vincula o significado de ‘+’ à função de adição.

Não obstante o argumento utilizar um exemplo aritmético, Kripke afirma que ele se aplica para qualquer outro uso significativo da linguagem. Nas palavras de Kripke: “[...] desenvolverei o problema inicialmente com respeito a um exemplo matemático, embora o problema cético relevante se aplique a todos os usos significativos da linguagem” (1982, p. 7)⁴. Kripke adota essa estratégia expositiva por uma razão bem simples: o argumento emprega um exemplo aritmético, pois, quando aprendemos as operações aritméticas, aprendemo-las como regras básicas que empregamos indefinidamente em inúmeros novos casos. Seguindo o argumento cético, os significados das expressões que usamos

⁴ “[...] I will develop the problem initially with respect to a mathematical example, though the relevant sceptical problem applies to all meaningful uses of language” (Kripke, 1982, p. 7).



também funcionariam como regras que aprendemos e aplicamos em cada situação nova com que nos deparamos. O resultado do argumento, assim, pode a princípio ser estendido para toda a linguagem. O exemplo aritmético é utilizado por que, segundo Kripke, assim o problema pode ser melhor exposto: “[...] esses problemas se aplicam a toda a linguagem e não se limitam a exemplos matemáticos, embora seja com exemplos matemáticos que eles podem ser mais facilmente apresentados” (1982, p. 19)⁵.

Essa extrapolação do paradoxo cético pode ser melhor ilustrada com a comparação que Kripke faz do paradoxo cético com o problema da indução formulado por Nelson Goodman (1983). Segundo Kripke: “[...] se [o paradoxo cético] fosse formulado para a linguagem das impressões de cores, como o próprio Wittgenstein sugere, o verdul de Goodman, ou algo semelhante, desempenharia o papel da quadição” (1982, p. 58)⁶. Goodman considera o predicado ‘verdul’, cujo significado diz que um objeto é verdul se, e somente se, tiver sido observado até hoje e for verde, ou for observado no futuro e for azul. Com base na experiência que tivemos até o presente, é razoável inferirmos indutivamente que ‘todas as esmeraldas observadas até hoje eram verdes, logo, todas as esmeraldas são verdes’. Nossa experiência também nos permite inferir que ‘todas as esmeraldas observadas até hoje eram verduis, logo, todas as esmeraldas são verduis’, afinal observamos até hoje somente esmeraldas que eram verdes. O problema é que, considerando o significado de ‘verdul’, se todas as esmeraldas forem verduis, as esmeraldas observadas no futuro serão azuis. Todas as esmeraldas observadas até hoje eram de fato verduis, pois todas as esmeraldas observadas até agora eram verdes; porém, se todas as esmeraldas observadas forem realmente verdes, mas não verduis, as esmeraldas observadas no futuro também serão verdes e não azuis.

Como se vê, as duas inferências indutivas conduzem a uma contradição que possui alguma semelhança com o paradoxo cético, segundo Kripke defende. Independentemente da discussão feita por Goodman (1983) acerca desse paradoxo, na qual não iremos adentrar aqui, podemos ver por que Kripke diz que ‘verdul’ pode ter o mesmo papel da ‘quadição’ no argumento cético. Ambos os paradoxos, tanto o exposto por Kripke quanto o discutido por Goodman, partem de questionamentos em relação ao significado de uma expressão e à base factual que justifica uma inferência na qual esse significado é determinante – a soma ‘68+57’ ou ‘todas as esmeraldas são verduis’. Caso o cético nos diga para considerarmos que em todas as vezes que proferimos ‘verde’ no passado queríamos dizer, na verdade, ‘verdul’, teremos assim um argumento semelhante ao paradoxo iniciado com a ‘quadição’. Nesse sentido, podemos ver por que Kripke defende que o paradoxo cético pode, a princípio, ser

⁵ “[...] these problems apply throughout language and are not confined to mathematical examples, though it is with mathematical examples that they can be most smoothly brought out” (Kripke, 1982, p. 19).

⁶ “[...] if it were formulated for the language of color impressions, as Wittgenstein himself suggests, Goodman's ‘grue’, or something similar, would play the role of ‘quus’” (Kripke, 1982, p. 58).

expandido do exemplo inicial aritmético para qualquer outro uso significativo da linguagem. Deveríamos, então, oferecer algum fato que justifique nossos usos de ‘verde’ ao invés de ‘verdul’.

Resulta que devemos de alguma maneira oferecer um fato constitutivo do significado, tal que possamos justificar nossos usos dos significados da maneira como efetivamente utilizamos. Caso contrário, se não formos capazes de oferecer o fato exigido, então os nossos usos dos significados não possuem justificação; e se assim for, toda a nossa linguagem não passa de um salto no escuro. Ora, como explicaríamos nossa comunicação? Antes, como o cético teria formulado o seu problema? Não seria paradoxal utilizar significados previamente aceitos para concluir pela falta de significatividade desses mesmos significados? É evidente que sim; e é por esse motivo que o argumento exposto por Kripke estabelece um paradoxo. Kripke afirma, então, que é preciso ou refutar tal paradoxo oferecendo o fato em questão ou acatar que a argumentação cética não pode ser respondida nos termos discutidos, o que nos forçaria a tratar de outra maneira o problema do significado.

Oferecer o fato exigido é *solucionar diretamente* o paradoxo, mostrando que a posição do cético é injustificada e, conseqüentemente, pode ser refutada (Kripke, 1982, p. 66). Com efeito, Kripke discute diversas formas de solução direta para o paradoxo. A seu ver, todas elas falham, entretanto. Não importa por qual via um fato seja oferecido, o resultado é apenas um: o paradoxo não pode ser solucionado diretamente, nos termos colocados pela argumentação cética. Kripke chega a examinar algumas formas diferentes de oferecer o fato em questão, embora cada uma delas não consiga satisfazer as *condições exigidas*. Segundo Kripke, qualquer fato que pretenda solucionar diretamente o paradoxo deve obrigatoriamente satisfazer essas duas condições: é preciso descrever o fato constitutivo de um significado e não outro, e o fato putativo deve mostrar como estamos justificados no uso do significado, de modo que o nosso uso presente esteja em concordância com os nossos usos passados e determine nossos usos futuros (Kripke, 1982, p. 11). Ambas as condições devem ser satisfeitas para que o fato possa mostrar por que estamos justificados em utilizar ‘+’ significando adição. Se uma condição falhar, a conclusão deverá ser que *o fato putativo não existe*.⁰

2 O paradoxo cético como um problema ontológico

Quando o cético nos pergunta a respeito de qual fato nos justificaria significar ‘+’ por adição, não estaria ele nos questionando acerca do nosso *conhecimento* desse fato? O paradoxo cético não seria, então, apenas mais uma variante dentre as diversas formulações de ceticismo epistemológico? Thornton, inclusive, reconhece isso: “[...] parece que Kripke está preocupado com a questão de como alguém pode saber qual regra seguiu no passado, e não com a natureza das próprias regras” (2007, p.

114). A resposta para ambas as questões acima é “não”. Não é nosso conhecimento desses fatos que está sendo colocado em questão, mas a sua própria *existência*, de tal modo que, se eles inexistem, sequer podemos falar em significados. Há apenas um aparente foco epistemológico, por meio do qual se retira conclusões *ontológicas*, conforme colocado por Thornton, “[...] a ênfase na epistemologia e não na metafísica é, entretanto, mais aparente do que real. Um ponto ontológico foi feito por meio de considerações epistemológicas” (2007, p. 114).

Há uma hipótese implícita no argumento de Kripke que permite retirar conclusões ontológicas por meio de considerações epistemológicas aparentes (Thornton, 2007, p. 116). A procura pelo fato é feita sob *condições idealizadas*. Não há quaisquer *limitações behavioristas* na busca pelos fatos que responderiam ao problema colocado pelo cético. Segundo Kripke: “A evidência não deve ser confinada àquela disponível para um observador externo, que pode observar meu comportamento manifesto, mas não meu estado mental interno” (1982, p. 14)⁷. Dito de outra forma, a evidência em questão não deve se resumir apenas àquilo que pode ser depreendido por um observador externo, o qual, pela simples observação do comportamento linguístico de um falante, conseguiria indiciar a existência do fato à procura. Antes, deve ser possível inspecionar também os *estados internos* de um falante qualquer, independentemente donde o observador se encontra. Nesse sentido, podemos inspecionar tanto o conteúdo manifesto no comportamento externo quanto o conteúdo mental.

Caso houver algum fato constitutivo da relação entre um significado e suas atribuições, ele deverá ser identificável de forma independente pelo sujeito idealizado que é postulado no argumento. Por essa razão, Kripke argumenta não haver limitações behavioristas para os fatos que podem ser utilizados na objeção ao cético. A idealização feita no argumento supõe que um falante possui todas as informações possíveis sobre suas experiências futuras ou passadas, seus estados mentais e intenções. Se alguma evidência do fato for encontrada, o *acesso epistêmico* a elas deverá ser imediato e ilimitado.

Esse recurso cumpre uma função bem precisa na argumentação cética. Se mesmo em tais condições idealizadas não formos bem sucedidos nessa tarefa, a conclusão deverá ser uma só: simplesmente, os fatos procurados não existem. Nesse caso, mesmo se Deus olhasse em nossas mentes, Ele não deveria ser capaz de encontrar fato algum (Kripke, 1982, p. 14). Não se trata de um simples recurso retórico. Nenhuma dessas informações, de acordo com Thornton, seria suficiente para determinar a regra seguida pelo falante: “[...] dadas as idealizações envolvidas e a suposição de que, tivesse qualquer fato constituído a regra seguida pelo indivíduo, esse indivíduo o conheceria, então não existe tal fato decisivo” (2007, p. 116).

⁷ “The evidence is not to be confined to that available to an external observer, who can observe my overt behavior but not my internal mental state” (Kripke, 1982, p. 14).



Dessa forma, o cético não deseja saber se nós podemos conhecer ou não algum fato a respeito de nossos significados. Pelo contrário, ele nos concede conhecimento imediato e não problemático, caso obtivermos sucesso em indicar algum fato conforme colocado por ele. Assim, não é o nosso conhecimento de fatos relativos a nossos significados passados que o cético coloca em dúvida, mas sim a *existência* deles. O aparente recurso a um problema epistemológico visa, na verdade, tirar essa conclusão ontológica. O paradoxo cético consiste, portanto, em um problema *ontológico* relativo à *existência* de certos *fatos* a respeito de *usos passados* de um símbolo com determinado significado, pelos quais podemos justificar *usos presentes e futuros* desse mesmo símbolo, com esse mesmo significado, conforme afirmado por Kripke:

[...] o problema pode parecer epistemológico - como alguém pode saber qual deles [adição ou quadição] eu quis dizer? Dado, no entanto, que tudo na minha história mental é compatível tanto com a conclusão que eu quis dizer 'mais' quanto com a conclusão que eu quis dizer 'quais', fica claro que o desafio cético não é realmente um desafio epistemológico. Ele pretende mostrar que nada na minha história mental de comportamento passado - nem mesmo o que um Deus onisciente saberia - poderia estabelecer se eu quis dizer 'mais' ou 'quais' (Kripke, 1982, p. 21)⁸.

Detalhemos melhor essa característica ontológica do argumento. Em primeiro lugar, devemos notar o alvo da argumentação cética: teorias factualistas sobre o significado, cujas bases se assentam na noção de que o significado é dado por suas condições de verdade. O percurso seguido por Kripke objetiva refutar tais teorias e mostrar que elas inevitavelmente resultam no paradoxo exposto antes. Caso olhemos para essas teorias, as quais expomos de maneira sumária no início deste artigo, veremos que, grosso modo, elas concebem que significados podem ser explicados ou por designarem, por exemplo, proposições cujas condições de verdade consistem em fatos (teorias semânticas), ou por se reduzirem a fatos que não fazem referência a conceitos semânticos (teorias fundacionais). Nota-se que ambos os tipos de teorias procuram explicar os significados linguísticos por recorrência a certas entidades que chamamos de fatos, sejam eles quais forem, os quais são as condições de verdade dos significados.

Shagrir argumenta que o paradoxo é sim um problema ontológico, mas enfatiza haver um elemento *antirreducionista* na argumentação cética. Segundo Shagrir: “O ponto crucial dos argumentos de Kripke é ontológico, não epistemológico. A alegação nesses argumentos é que não há fatos aos quais as teorias reductivas possam apelar, que constituam a atribuição correta de significado [...]” (Shagrir,

⁸ “[...] the problem may appear to be epistemological - how can anyone know which of these I meant? Given, however, that everything in my mental history is compatible both with the conclusion that I meant plus and with the conclusion that I meant quus, it is clear that the sceptical challenge is not really an epistemological one. It purports to show that nothing in my mental history of past behavior – not even what an omniscient God would know – could establish whether I meant plus or quus” (Kripke, 1982, p. 21).



2014, p. 170)⁹. Assim, não há fatos para os quais *teorias redutivas* possam apelar. Conforme colocamos, teorias fundacionais do significado são teorias redutivas, pois elas concebem que fatos sobre significado se reduzem outros tipos de fatos, isto é, fatos sobre significado devem ser explicados e traduzidos em termos de outros fatos, que seriam explicados por conceitos que não façam referência a nenhum termo semântico. Com efeito, teorias fundacionais concebem que significados devem ser explicados a partir de fatos fundantes de fatos semânticos. Nesse sentido, Shagrir acrescenta: “[...] o alvo dos argumentos de Kripke são as teorias redutivas do significado: teorias disposicionais que tentam explicar o significado em termos não semânticos e não intencionais” (2014, p. 169)¹⁰.

A exposição de Shagrir, no entanto, fornece apenas uma visão parcial do paradoxo cético. Muito da radicalidade do argumento cético se perderia, caso mirasse somente teorias reducionistas¹¹. Ocorre que o paradoxo cético procura refutar também teorias que não sejam reducionistas, pois o ataque cético também se orienta para teorias semânticas. O que está em jogo não é somente mostrar que fatos (psicológicos, sociológicos, etc.) fundam nossas atribuições de significado de modo que estejamos aptos a usar certo significado e não outro. O argumento coloca em dúvida também a existência de fatos que são designados em uma linguagem, de modo que uma sentença possa ser verdadeira em virtude de sua referência a um fato. Caso se esteja buscando algum fato que corresponda e determine o significado de uma sentença, o cético pode fazer o mesmo questionamento dantes, ou seja, colocar em dúvida se a regra semântica que determina a verdade da sentença é, com efeito, unívoca e não pode ser interpretada em termos doutra regra.

Sucedese que o paradoxo cético refuta a noção de que existem fatos sobre o significado, sejam fatos de quaisquer tipos. Não haveria assim possibilidade de construir teoria do significado alguma porque, seguindo a conclusão do paradoxo, fatos sobre o significado não existem e, portanto, significados em nada se relacionam com fatos. Tal ceticismo procura minar por completo abordagens filosóficas sobre o significado que sejam baseadas no conceito de fato. Mais especificamente, o ataque do cético se orienta para a maneira como teorias factualistas compreendem os significados.

Como já dito na introdução, teorias factualistas, sejam elas semânticas ou fundacionais, defendem que significados são determinados pelas suas condições de verdade. Teorias semânticas explicam o significado por meio de relações designativas entre expressões linguísticas e fatos. Por sua vez, teorias fundacionais explicam o significado em termos de fatos que fundam os significados, isto é,

⁹ “The crux of Kripke’s arguments is ontological, not epistemological. The claim in these arguments is that there are no facts, to which the reductive theories can appeal, that constitute the correct ascription of meaning [...]” (Shagrir, 2014, p. 170).

¹⁰ “[...] the target of Kripke’s arguments is reductive theories of meaning: dispositional theories that attempt to account for meaning in non-semantic and non-intentional terms” (Shagrir, 2014, p. 169).

¹¹ O argumento cético também não procura refutar somente teorias disposicionalistas, conforme veremos na próxima seção.

os fatos sobre os significados devem ser explicados em termos doutros fatos que não fazem referência a conceitos semânticos, pois fatos sobre significados se reduzem a outros fatos tais como fatos sociológicos, fatos disposicionais, fatos psicológicos, etc.; esses fatos, aos quais os fatos sobre os significados se reduzem, são as condições de verdade pelas quais atribuições de significado são justificadas. Tanto num caso como no outro, há uma compreensão *verocondicional* sobre o significado: em ambos os tipos de teorias, fatos compõem as condições de verdade de uma atribuição de significado, as condições pelas quais o uso de um significado é verdadeiro ou falso, e conseqüentemente uma atribuição de significado é justificada ou não. Segundo essa noção verocondicional presente no factualismo sobre o significado, nossas atribuições de significado são verdadeiras por que elas designam ou se reduzem a certos fatos. Com efeito, fatos são as entidades cuja existência nos garante que um dado símbolo possui o significado costumeiro que lhe associamos.

O paradoxo cético pretende mostrar, de maneira oposta, que se significados forem assim compreendidos, resulta em um paradoxo impossível de ser solucionado por meios factualistas, pois não haveria como apontar fato algum tal como exigido pelo cético. Nega-se a existência de fatos constitutivos do significado; rejeita-se, inclusive, que significados são dados pelas relações de designação entre linguagem e fatos ou redução a outros fatos não semânticos, de modo que a significatividade da linguagem não pode mais se fundamentar em nenhuma dessas formas de relações. O argumento cético diz que, se não existem fatos constitutivos de atribuições de significado, então o factualismo é falso; como o cético pretende mostrar que não existem fatos constitutivos de atribuições de significado, ele conclui que, logo, o factualismo é falso. Nesse sentido, um argumento que pretenda mostrar por que o paradoxo cético é infundado, deve mostrar que fatos com tais e tais características existem e são capazes de satisfazer as condições exigidas.

3 As soluções diretas diante das condições exigidas pelo cético

Recapitulemos antes alguns pontos. De acordo com Kripke, o fato putativo deverá mostrar de que forma estamos justificados na nossa resposta '125' para a soma '68+57'. Caso não conseguirmos justificar que '125' é a resposta correta para essa operação, não poderemos objetar ao cético que estamos realmente efetuando uma adição, e não uma quadição. O fato em questão deve mostrar não apenas que estamos justificados *agora*, mas mostrar também como podemos saber qual regra estávamos seguindo em todos os usos passados de '+'. Conseqüentemente, garantido o significado presente por recorrência aos significados passados, podemos garantir também que usos futuros possuam o mesmo significado. Se do fato puder ser depreendidas as características normativas do significado, poderemos

mostrar ao cético como usos presentes do significado se vinculam aos usos passados e se vincularão aos usos futuros. Caso pudermos proceder dessa maneira, satisfaremos as condições exigidas pelo cético e teremos, assim, mostrado a existência do fato constitutivo da nossa significação de ‘+’ por adição.

Importante notar que o fato não deve somente descrever as respostas efetivamente dadas para a soma ‘68+57’. É preciso, sobretudo, que o fato forneça uma *prescrição* de qual resposta deverá ser corretamente fornecida. Conforme colocado por Thornton, “[...] Kripke pergunta qual característica do meu estado anterior poderia prescrever as respostas que eu *deveria* dar, em vez daquelas que simplesmente dei. Este é um contraste entre uma relação normativa e uma relação meramente descritiva” (2007, p. 114). Significados, assim compreendidos, são regras que operam vinculando a compreensão da regra a um conteúdo determinado, e somente a esse exato conteúdo – e qualquer resposta ao cético deve mostrar e explicar como essa relação ocorre.

Mas por que significados devem operar como regras, segundo o argumento exposto Kripke? Ora, somente assim é possível mostrar que significados são normativos. Ao evidenciar a normatividade do significado, garante-se que a compreensão da regra seja vinculada ao conteúdo correto, excluindo a possibilidade doutros conteúdos poderem ser vinculados à regra. Além disso, em cada vez que a regra for aplicada, garante-se concordância com a mesma regra tanto no passado quanto no futuro. Novamente, o fato oferecido deve mostrar como podemos estabelecer normativamente esse vínculo, no momento em que utilizamos ‘+’ significando adição. Não basta que o fato dê apenas uma descrição (*is*) de certa regra que se vincula a certo conteúdo, ele deve (*ought*) determinar de forma unívoca todo uso que supostamente diz estar de acordo com a regra.

Petit (2002) lista quatro elementos que são constitutivos de uma regra. Uma regra deve ser normativa, identificável por um sujeito finito independentemente de aplicações particulares da regra e deve poder ser lida direta e também falivelmente (Petit, 2002, p. 190). O falante possui intenções e experiências que são finitas e falíveis, não obstante ele deva ser capaz de apreender uma regra que, a princípio, pode ser utilizada corretamente em infinitos novos casos. Segundo Petit, “[...] o futuro seguidor da regra deve estar em uma posição para identificar a regra de tal maneira que ele possa tentar ser fiel a ela em qualquer aplicação” (2002, p. 190)¹². Petit também considera que, evidentemente, o essencial de uma regra é ser normativa: “O primeiro e principal elemento na definição de regras é a estipulação de que regras são restrições normativas, em particular restrições normativas que são

¹² “[...] the prospective rule-follower should be in a position to identify the rule in such a manner that he can sensibly try to be faithful to it in any application” (Petit, 2002, p. 190).

relevantes em um número indefinidamente grande de tipos de decisão” (2002, p. 189)¹³. Petit fala em ‘restrições normativas’ pois, segundo ele, uma regra é vinculante, ela prescreve que certo conteúdo é mais apropriado do que outros, no sentido de que a mesma regra deve poder ser aplicada indefinidas vezes e de maneira uniforme, caso se queira manter-se fiel a ela.

Assim colocado, esse aspecto normativo do problema envolve a questão relativa à uniformidade no uso de significados. Na vida cotidiana, nós utilizamos diversas expressões e empenhamo-las na comunicação com outras pessoas, sempre com a expectativa de que os significados que utilizamos não destoem demasiadamente dos significados utilizados pelos outros. Cada falante realiza trocas linguísticas sempre na espera de que haja uma uniformidade no uso. É bem provável que não existiria comunicação alguma se os nossos significados variassem demais ao longo do tempo, se a cada momento as expressões possuíssem significados distintos dos que já tiveram e terão.

Nesse sentido, é imprescindível que qualquer explicação do significado considere haver uniformidade no uso e como isso ocorre. Ao menos, é assim que Kripke apresenta o problema normativo que está envolvido no ceticismo semântico. Quando o cético exige que apresentemos um fato sobre nós que nos justifique significar ‘+’ por adição, ele está requisitando que forneçamos a ele uma explicação baseada em fatos, dos quais é possível depreender a uniformidade no uso e assim explicar por que significados são normativos. O problema é que, conforme Kripke argumenta, nenhum fato é capaz de satisfazer tal exigência de normatividade. Não há como, então, solucionar diretamente o paradoxo.

Kripke, com efeito, discute oito propostas de solução direta, listadas assim de acordo como aparecem em *WRPL*: uso de regras aprendidas (1982, pp. 15-18); intenções passadas (1982, pp. 19-22); análise disposicional (1982, pp. 22-37); hipótese mais simples (1982, pp. 37-41); experiência introspectiva (1982, pp. 41-42); imagem empirista clássica (1982, pp. 42-48); estado mental sui generis (1982, pp. 49-53); realismo platônico matemático (1982, pp. 53-54)¹⁴. Nenhuma dessas soluções logra em satisfazer as condições exigidas; vejamos como Kripke argumenta e expõe tais insucessos.

Dizer que o uso da adição se fundamenta em uma espécie de regra aprendida é dizer que a adição é um algoritmo aprendido e internalizado. Aprendemos a somar, por exemplo, quando contamos x peças contidas em uma pilha de mármore, depois contamos y peças de outra pilha de mármore, e finalmente contamos ambas as pilhas juntas, aprendendo que o resultado dessa última

¹³ “The first and main element in the definition of rules is the stipulation that rules are normative constraints, in particular normative constraints which are relevant in an indefinitely large number of decision-types” (Petit, 2002, p. 189).

¹⁴ Seguimos aqui as indicações de Silva (2017, p. 145) para listar a paginação em que cada proposta de solução direta aparece em *WRPL*, com algumas pequenas diferenças. Silva julga haver sete propostas de solução direta, enquanto que aqui listamos oito propostas.

contagem é ' $x + y$ '. O problema é que o cético pode objetar que, nesse caso, a regra que deveríamos utilizar seria 'quontar', segundo a qual, se a contagem for maior do que '57', o resultado deverá ser '5'. Notemos que esse é basicamente o mesmo argumento para o caso da 'quadição', no qual o cético diz que deveríamos responder em termos doutra regra distinta da adição.

As outras propostas de soluções baseadas de alguma forma em estados internos encaram os mesmos problemas. Independentemente do fato que oferecermos, seja ele uma intenção passada, um *qualia* introspectivo, uma imagem mental de acordo com o empirismo ou um estado mental primitivo e irreduzível, todos esses fatos caem sob a mesma objeção dantes. Tanto intenções passadas quanto *qualias*, imagens mentais ou estados mentais primitivos são finitos, enquanto que as possibilidades de novos usos da adição são infinitas. Como vemos na exposição de Kripke, qualquer um desses fatos é incapaz de prever que o mesmo uso da regra de adição será mantido de maneira uniforme em cada nova soma, devido a essa impossibilidade de prever usos futuros com base em usos passados. Não é por que alguém sempre significou '+' por adição no passado que, no futuro, fará o mesmo. Para Kripke, o cético sempre pode retrucar que, na realidade, a pessoa significou '+' por outra função igualmente estranha, cujos valores extrapolam os que foram operados por ela até o presente momento e tornam esse uso inteiramente novo.

Igualmente, o realismo platônico é incapaz de solucionar o paradoxo. Segundo essa proposta, o significado da função adição seria dado por uma relação de superveniência com um domínio de entidades, as quais seriam certos fatos objetivos e independentes de qualquer mente ou intenção individual. O significado de '+' seria dependente de uma entidade objetiva correspondente à adição, isto é, o símbolo '+' não poderia ser a instância de nenhuma outra função que não fosse a adição. No entanto, segundo Kripke, o realismo platônico apenas desloca o problema para outro nível no qual está sujeito a objeções semelhantes pelo cético: "É claro que pode haver outra ideia em minha mente, que se supõe constituir seu ato de atribuir uma interpretação particular à primeira ideia; mas então o problema obviamente surge novamente nesse novo nível. (Uma regra para interpretar uma regra novamente.)" (1982, p. 54)¹⁵. Assim, para Kripke: "[...] o platonismo é em grande parte uma evasão inútil do problema de como nossas mentes finitas podem fornecer regras que supostamente se aplicam a uma infinidade de casos" (1982, p. 54)¹⁶.

Por sua vez, temos a análise disposicional. Kripke define assim o disposicionalismo simples: significar adição por '+' é estar disposto a responder a soma de x e y para ' $x + y$ ', ou seja, responder

¹⁵ "Of course there may be another idea in my mind, which is supposed to constitute its act of assigning a particular interpretation to the first idea; but then the problem obviously arises again at this new level. (A rule for interpreting a rule again.)" (Kripke, 1982, p. 54).

¹⁶ "Platonism is largely an unhelpful evasion of the problem of how our finite minds can give rules that are supposed to apply to an infinity of cases" (Kripke, 1982, p. 54).



'125' para a soma '68 + 57'; significar quadição é estar disposto a responder a quoma de x e y , isto é, responder '5' para '68 + 57' (1982, p. 22)¹⁷. Nesse sentido, a disposição para dar a resposta conforme a função de adição seria o fato que supostamente refutaria o cético. O problema é que fatos disposicionais fornecem uma *descrição* da resposta que damos, em certas circunstâncias, do símbolo com um significado e não outro. A análise disposicional não consegue diferenciar se estamos, de fato, respondendo de forma correta ou não, pois ela não fornece uma *prescrição* da resposta que deveríamos dar. Podemos simplesmente nos calar diante de operações com números grandes demais para nossas capacidades mentais, sem ter quaisquer disposições a fornecer qualquer tipo de resposta, ou podemos muito bem responder errado. Nesses casos, os fatos disposicionais são incapazes de dizer se a disposição para fornecer uma resposta é exatamente a disposição a dar a resposta correta. Mesmo que seja incluído algum critério especificando qual seria a resposta correta, a análise disposicional ainda não solucionaria o paradoxo, pois, agora, o fato que justificaria a resposta correta já incluiria em si mesmo a especificação de qual seria a essa resposta e a solução cairia em circularidade. A função de adição deveria ser depreendida de nossas disposições sem pressupor qual seria a resposta correta para '68+57'; somente assim poderíamos refutar a afirmação do cético segundo a qual a função que utilizamos é a quadição. Contudo, mesmo que fizéssemos isso, essa especificação estaria aberta às mesmas objeções dantes: por que a resposta correta seria a adição e não a quadição? Tal como nossas intenções passadas ou estados internos diversos, as nossas disposições são igualmente finitas.

Finalmente, poderíamos objetar ao cético que a hipótese de que o significado de '+' é a função de adição seria a hipótese a correta por ser a mais simples. O problema é que, conforme mostramos, o paradoxo cético não é um problema epistemológico. Afirmar que significar '+' pela a função adição seria a hipótese explicativa mais simples é, no fundo, tratar o problema cético como se fosse um problema epistemológico. Essa proposta de solução diz que as conexões epistêmicas mais simples ocorreriam quando '+' significa 'adição', em comparação a qualquer outra interpretação para '+', dadas as hipóteses adicionais para tais casos. Assim, significar '+' por adição seria a hipótese mais simples para explicar por que estamos justificados em responder '68+57' segundo a adição e não a quadição. No entanto, podemos ver claramente que essa tentativa de solução erra o alvo. O argumento cético não objetiva mostrar que não temos conhecimento do fato pelo qual significamos '+' por adição; seu intuito, na verdade, é questionar a própria existência de tal fato.

¹⁷ Kripke discute outras três variações do disposicionalismo simples: disposicionalismo com cláusula *ceteris paribus* (1982, pp. 27-28), disposicionalismo com cláusula de correção (Kripke, 1982, pp. 28-32), disposicionalismo computadorizado (1982, pp. 32-35). Não há necessidade aqui de adentrar nos detalhes de cada variação, pois, segundo o argumento de Kripke, todas elas padecem dos mesmos defeitos do disposicionalismo simples.

Conforme Kripke argumenta, nenhuma das soluções consegue oferecer um fato que satisfaça as condições exigidas pelo cético. Todas as tentativas de solucionar diretamente o paradoxo cético resultam exatamente no mesmo problema colocado pelo cético no início de sua argumentação. Logo, se nenhuma delas conseguiu apontar um fato que justifique nosso uso de ‘+’ significando adição, a conclusão somente pode ser uma: que não há condições de verdade simplesmente por que não existe fato algum constitutivo do significado de ‘+’ como adição. Como as condições não puderam ser satisfeitas por nenhum fato proposto, não podendo assim solucionar o problema ontológico colocado no início da argumentação cética, conclui-se, então, que o fato procurado não existe.

A radicalidade do paradoxo pode ser notada quando vemos que o argumento pretende pôr abaixo qualquer outro uso significativo da linguagem. A conclusão se torna, assim, ainda mais drástica: se significados são determinados por fatos e se tais fatos não existem, a própria linguagem não é significativa e não passa de um amontoado de símbolos desconexos e sem significados. É precisamente esse aspecto que permite Kripke chamar o problema cético de paradoxo:

Esse é, então, o paradoxo cético. Quando respondo de uma maneira e não de outra a um problema como ‘68 + 57’, não posso ter justificativa para uma resposta em vez de outra. Como o cético, que supõe que eu signifiquei quais, não pode ser respondido, não há fato sobre mim que distinga entre meu significado *mais* e meu significado *quais*. Com efeito, não há fato sobre mim que distinga entre meu significado de uma função definida por ‘mais’ (que determina minhas respostas em novos casos) e meu significado de nada (Kripke, 1982, p. 21)¹⁸.

Chega-se, assim, à consequência mais contundente do argumento cético. Quando o cético inicia seu argumento, havia ao menos alguma linguagem que era compartilhada entre ele e nós. Se isso não ocorresse, a formulação do problema sequer seria possível. Os significados presentes não são questionados, pelo menos momentaneamente, afinal, o cético precisa formular o problema por meio de palavras cujos significados são compreendidos por ele e seu interlocutor. No entanto, após a enunciação do paradoxo, os significados presentes também são colocados em questão, pois, se não há fato algum que justifique o *significado passado*, então tampouco poderá haver algum fato que justifique o *significado presente* ou *futuro*. No momento inicial do argumento, os significados não eram questionados, porém, após a enunciação do paradoxo e os insucessos em solucioná-lo diretamente, Kripke diz que “[...] essa concessão provisória [ou seja, os significados presentes] era realmente fictícia. Não pode haver fato sobre o que quero dizer com ‘mais’ ou qualquer outra palavra a qualquer

¹⁸ “This, then, is the sceptical paradox. When I respond in one way rather than another to such a problem as ‘68+57’, I can have no justification for one response rather than another. Since the sceptic who supposes that I meant quus cannot be answered, there is no fact about me that distinguishes between my meaning plus and my meaning quus. Indeed, there is no fact about me that distinguishes between my meaning a definite function by ‘plus’ (which determines my responses in new cases) and my meaning nothing at all” (Kripke, 1982, p. 21).



momento. A escada deve finalmente ser chutada” (1982, p. 21)¹⁹. Kripke conclui, portanto: caso compreendamos a linguagem de acordo com concepções factualistas sobre o significado, segundo as quais significados são dados por suas condições de verdade, o resultado é o paradoxo cético a respeito de significados.

Considerações finais

Obviamente, a conclusão do argumento exposto por Kripke é inaceitável. Não há paradoxo algum quando utilizarmos nossa linguagem e seus significados como efetivamente usamos no dia a dia. Afinal, é notório que utilizamos a linguagem independentemente de qualquer paradoxo que algum cético bizarro possa objetar contra os usos comuns das palavras e significados. Somamos sem grandes problemas, apontamos corretamente objetos de determinadas cores, indicamos que algo possui certa característica, etc., e pelo menos na maioria das vezes conseguimos nos comunicar e somos bem compreendidos pelos outros falantes.

O ponto de Kripke, entretanto, é outro. Kripke pretende mostrar a incorreção de um tipo de concepção clássica quanto ao significado. O objetivo principal do paradoxo é, antes, refutar teorias factualistas, fundamentadas numa compreensão verocondicional do significado. Após refutá-las, o terreno estará limpo para construir uma nova concepção da linguagem que seja, segundo Kripke, mais apropriada para compreender os significados linguísticos. Quando Kripke diz que nenhum fato logra solucionar o paradoxo, ele está afirmando que temos de acatar a conclusão paradoxal cética, visto ser ela irresponsável em termos factualistas.

Pela conclusão da argumentação cética, infere-se que não há como retirar de uma explicação factualista quaisquer maneiras de satisfazer as condições exigidas, isto é, *não existe* fato algum capaz de vincular normativamente uma regra e seu conteúdo semântico. O problema ontológico colocado pelo paradoxo é claro: a inexistência de tal fato nos mostra que, se ainda nos mantivermos dentro de um quadro teórico factualista, seremos obrigados a aceitar que nem significados passados e tampouco significados presentes ou futuros podem ter seus usos justificados. Toda nossa linguagem não passaria de balbucios destituídos de significado. Mas não é isso que realmente ocorre. Mostra-se necessário, então, formular uma nova maneira de se compreender os significados linguísticos, pela qual os nossos

¹⁹ “[...] this provisional concession was indeed fictive. There can be no fact as to what I mean by 'plus', or any other word at any time. The ladder must finally be kicked away” (Kripke, 1982, p. 21).



usos ordinários dos significados sejam salvaguardados, ainda que a justificativa exigida pelo cético não possa ser oferecida nos termos exigidos por ele.

Para Kripke, o estado de coisas deixado pelo paradoxo cético somente pode ser superado caso for elaborada uma nova compreensão da linguagem que não faça referência alguma a fatos e se baseie noutros fundamentos, radicalmente distintos daqueles pelos quais teorias factualistas foram construídas. Esse é o sentido da *solução cética* discutida por Kripke em partes posteriores de *WRPL*: devemos acatar a impossibilidade de o paradoxo ser solucionado diretamente e por conseguinte oferecer uma nova compreensão dos significados. Significados não deverão mais ser compreendidos em termos de fatos e condições de verdade. De acordo com a solução cética, a nova compreensão de significados deve fazer alguma referência para a comunidade linguística, a única instância capaz de assegurar a condição de normatividade que as concepções factualistas não lograram satisfazer. Mas isso é discussão para outro momento.

Recebido em: 17/05/2024

Aceito em: 14/09/2024

Publicado em: 28/10/2024



REFERÊNCIAS

- BAKER, Gordon Park; HACKER, Peter Michael Stephan. *Scepticism, rules and language*. Oxford: Blackwell, 1984.
- GOODMAN, Nelson. *Fact, fiction and forecast*. 4ª ed. Cambridge: Harvard University Press, 1983.
- GROSS, Steven. (Descriptive) externalism in semantics. In: RIEMER, N. (Ed.). *The Routledge handbook of semantics*. New York: Routledge, 2016, pp. 13-29.
- KAPLAN, David. Afterthoughts. In: ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (Eds.). *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989, pp. 565-614.
- KRIPKE, Saul. *Wittgenstein on rules and private language*. Oxford: Blackwell, 1982.
- LEWIS, David. General semantics. *Synthese*, v. 22, n. 1-2, pp. 18-67, dez. 1970. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00413598>.
- MORRIS, Charles William. *Foundations of the theory of signs*. International encyclopedia of unified science (org.). Volume 1, number 2. Chicago: The University of Chicago Press, 1938.
- PETIT, Philip. The reality of rule-following. In: MILLER, A; WRIGHT, C. (Eds.). *Rule-following and meaning*. Chesham: Acumen Publishing, 2002, pp. 188-208.
- SILVA, Daniel Soares da. *Linguagem e visão da comunidade na filosofia de Saul Kripke: de Naming and necessity a Wittgenstein on rules and private language*. São Paulo. 208f. Tese (Doutorado). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. 2017.
- SHAGRIR, Oron. Kripke's infinity argument. In: BERG, J. (Ed.). *Naming, necessity and more: explorations in the philosophical work of Saul Kripke*. New York: Palgrave Macmillan, 2014, pp. 169-190.
- SPEAKS, Jeff. Theories of Meaning. In: ZALTA, E. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2021. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/meaning/>. Acesso em: 09 maio 2024.
- STALNAKER, Robert. Reference and necessity. In: HALE, B.; WRIGHT, C. (Eds.). *A companion to the philosophy of language*. Oxford: Blackwell, 1997, pp. 534-554.
- THORNTON, Tim. *Wittgenstein sobre pensamento e linguagem*. Tradução de Alessandra Siedschlog Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 2014.

